

Congresso tenta votar a lei orçamentária

O Congresso Nacional reúne-se, hoje, às 14h, para votar o projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO). A sessão foi marcada pelo presidente, senador Nelson Carneiro (PMDB-RJ), tão logo teve conhecimento da liminar do Supremo Tribunal Federal sustando a devolução do projeto por ele encaminhado à Presidência da República sem a apreciação do Poder Legislativo, no dia 29 passado. Dificilmente, porém, haverá **quorum** para deliberação: os parlamentares estão em plena campanha eleitoral nos estados. Para trazê-los de volta, as lideranças encontram dificuldades que vão desde a localização dos congressistas a vagas nas companhias de aviação. Não receberão, contudo, qualquer ajuda de custo.

As vésperas de um final de semana, início de férias escolares e do próprio recesso parlamentar agora suspenso, a ameaça de greve dos aerooviários e o tempo recorde, para convocação de 495 deputados e 75 senadores em pouco mais de 24 horas, deixaram em pânico os funcionários dos gabinetes dos líderes que não garantiam, em hipótese alguma, a presença de todas as bancadas. Alguns encontravam-se até fora do País, como foi o caso do líder do PMDB, deputado Ibsen Pinheiro (RS), que até o meio-dia de ontem não havia sido localizado na Argentina.

"Mandamos telegrama, mensagens por telex e deixamos recados em todas as residências, mas dificilmente todos chegarão a tempo", informavam os secretários. Entre os poucos parlamentares que permaneceram em Brasília, houve até quem avisasse que não ia permanecer na cidade. "Quem está aqui, com certeza, não vai ficar porque já tinha assumido outros compromissos", avisou o senador Alexandre Costa (PFL-MA), que viaja ao meio-dia, duas horas antes da sessão. Sem **quorum**, o presidente do Congresso deverá marcar outra sessão.

ADEUS RECESSO

Ainda que o despacho do presidente do Supremo, ministro José Néri da Silveira, não estabeleça prazo ou forma em que se da-

rá o prosseguimento da tramitação da LDO, o artigo da Constituição que garantiu a liminar é claro: "A sessão legislativa não será interrompida sem a aprovação do projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias", estabelece. Segundo-o à risca, o Congresso Nacional não entrará em recesso sem a devida votação, e, portanto, a convocação para a sessão de hoje não é extraordinária. Por força da lei, as duas casas, Câmara e Senado Federal, independentes ou enquanto Congresso Nacional, estão ainda em plena sessão legislativa.

Marcar para hoje, amanhã ou para o próximo mês é opção do presidente do Congresso que, na opinião de seus assessores, teve a melhor das intenções, pois quer "resolver logo o problema". "Quanto mais cedo começar, mais cedo acaba", teria afirmado o senador Nelson Carneiro. Para complicar ainda mais a situação, os partidos de oposição permanecem comprometidos com o projeto de lei de política salarial que chegou a entrar na pauta das últimas sessões do Senado Federal, mas não foi votado por falta de **quorum**.

O objetivo da oposição é continuar obstruindo as sessões do Congresso para impedir a votação da LDO e, em consequência, o próprio recesso parlamentar enquanto o Senado não votar a política salarial. Os partidos governistas não aceitam o projeto por incluir a indexação de salários mas não se arriscam a rejeitá-lo, temendo um desgaste junto aos trabalhadores, às vésperas das eleições. Se aprovarem, arriscam-se ao veto do Presidente da República que também pretendem poupar. O impasse foi criado e dessa queda-de-braço é difícil prever o resultado, afinal está em jogo o voto dos assalariados, fundamental para a reeleição das duas partes, governo e oposição.

Ontem, o vice-presidente Itamar Franco - que pela terceira vez assume a Presidência da República - esperou, durante todo o dia, mensagem do presidente do Senado, Nelson Carneiro, pedindo a devolução da Lei de Diretrizes Orçamentárias — LDO — que deverá ser votada pelo Congresso Nacional.

IVALDO CAVALCANTE



Nelson Carneiro terá muita dificuldade para reunir os congressistas e votar ainda hoje a Lei Orçamentária